

ESTRATÉGIA TIC 2020

Estratégia para a Transformação Digital
na Administração Pública



Quando pensamos na Administração Pública (AP) do presente já não a conseguimos imaginar sem o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), seja para o tratamento de informação e gestão documental, seja na prestação de serviços ao cidadão, mesmo quando estes ainda são presenciais. Elas tornaram-se num instrumento essencial para a modernização administrativa, permitindo melhorar a eficiência, integrar e disponibilizar serviços, e antecipar necessidades. São, assim, um motor importante da inovação.

A primeira vez que as TIC e os procedimentos administrativos se juntaram, limitaram-se a desmaterializar os circuitos em papel, a automatizar algumas operações e, mais tarde, a facilitar a comunicação, através do uso generalizado da internet.

Progressivamente, no entanto, o desafio tornou-se maior e muito mais exigente. Para além de respostas mais rápidas e normalizadas, um conceito mais alargado de TIC, incluindo a robótica e a inteligência artificial, proporciona hoje transformações profundas – tanto no modo como a Administração Pública se organiza, como no próprio desenho dos serviços que presta aos seus utentes.

Uma das principais transformações que continuamos a ter pela frente é focar os serviços no cidadão e nas empresas, organizando-os em torno das necessidades destes e não como a Administração e os governos estão organizados.

Desejamos hoje, todos nós, que o nosso contacto como os serviços públicos seja cómodo e conveniente, uma boa experiência para repetir e até para partilhar com os amigos nas redes sociais, e fora delas. Esperamos encontrar toda a informação num só ponto, físico ou virtual, com uma só identificação, evitando o labirinto de portais que ainda encontramos na nossa administração. Detestamos ter de informar duas vezes o Estado da mesma situação. Desejamos ser contactados numa só caixa de correio, ser notificados dos nossos direitos ou obrigações no telemóvel. Se somos atendidos num Espaço do Cidadão, gerido por uma junta de freguesia, não estranhamos lá encontrar serviços diversos da administração do Estado e do município, e até pedimos mais. Comparamos as aplicações de serviços públicos com o que de melhor já experimentámos em outras atividades. Se hoje já somos avisados de um atraso do avião no nosso telemóvel, também esperamos que o mesmo aconteça para a consulta do hospital.

Desejamos cada vez mais que as interações com os serviços públicos se concentrem no nosso bolso, à distância de um toque, disponíveis a qualquer momento e em qualquer lugar, e que possamos começar um processo num ponto de contacto e ter continuidade do mesmo num outro ponto, tudo num só procedimento. Pretendemos que o serviço seja personalizado e que adivinhe as nossas necessidades, nos reconheça, seja contextualizado e adequado ao território onde é prestado.

Do lado da AP, para que tal aconteça, precisamos de trabalhar em cocriação com os utentes para ter a certeza que os novos serviços respondem às suas expectativas. E necessitamos de uma **estratégia comum**, muito mais colaborativa, para que seja possível responder sustentadamente a essas expectativas dos cidadãos, respeitando o equilíbrio financeiro e os constrangimentos dele decorrentes.

Essa estratégia comum deve facilitar a cooperação entre áreas governamentais e níveis de governo para desenhar serviços em conjunto, de forma mais eficiente, incluindo, por vezes, entidades do sector privado e social. Deve garantir a segurança das comunicações e do armazenamento de dados, o que confere especial relevância à política de cibersegurança. Deve contribuir para o reforço e partilha de competências digitais e de outras competências que hoje se associam ao desenho dos serviços. Deve permitir maiores sinergias, evitar a repetição de plataformas e portais desnecessários, reduzir desperdício e redundâncias, melhorar a programação dos investimentos e medir com rigor o retorno de cada um deles. Deve assegurar que nenhum cidadão é deixado para trás, contribuindo para a inclusão digital de cerca de 30% de portugueses que ainda não beneficiam diretamente das TIC e/ ou assegurando serviços digitais assistidos.

A necessidade de uma estratégia comum foi o principal objetivo que levou à criação do CTIC, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, que foi encarregado de preparar a estratégia para as TIC, aprovada em Conselho de Ministros a 2 de março 2017.

A Estratégia para as TIC até 2020 reparte-se em três eixos principais.

O **primeiro eixo** é a promoção da **integração e da interoperabilidade**.

Sem integração e interoperabilidade não haverá nem serviços organizados por eventos de vida dos cidadãos ou das empresas, nem tão pouco se firmará o princípio “once only”, que permite evitar pedir várias vezes a mesma informação ao cidadão. A plataforma de interoperabilidade da AP (iAP), usada pela primeira vez no projeto Cartão de Cidadão, é assim um instrumento fundamental para assegurar que os serviços são organizados em pontos de contacto únicos e para permitir que a AP utilize a informação que já detém quando o cidadão assim o permite. Exemplo das medidas que dão corpo a este eixo são as “Notificações Eletrónicas” ou a “Interoperabilidade Documental”.

Não basta, contudo, utilizar a tecnologia como de costume. Para fazermos dela um instrumento transformador é preciso arriscar, desenhar e prototipar novos serviços ou novas formas de os prestar, usar os dados disponíveis para antecipar necessidades, melhorar os serviços públicos e reduzir custos administrativos, favorecendo a competitividade das empresas.

Por isso, nesta Estratégia, o **segundo eixo** é o da **inovação e competitividade**, em torno do qual se agregam mais de 500 medidas transversais e setoriais. A inovação tornou-se tão importante para o sector público como sempre foi para o sector privado. Mesmo que a inovação não dependa apenas do uso da tecnologia e que exija muito mais do que ela, o certo é que as TIC, de um modo ou de outro, são um facilitador importante do desenho de novos serviços.

Deste eixo decorre ainda a preocupação de preparar o futuro, olhando para o que ciência e a tecnologia nos disponibilizam e para as possibilidades que isso abre à inovação no sector público. Exemplo disto é o uso de *data analytics* ou **inteligência artificial**, como modo de tratamento automático de dados (alguns não pessoais e disponibilizados pela internet das coisas) para prevenir problemas e/ou antecipar necessidades.

Esse tratamento da informação de que dispomos permite, por exemplo, prestar melhores serviços aos cidadãos através de sistemas de atendimento totalmente automáticos em linguagem natural ou na prevenção de doenças. Outra possibilidade é o uso de **realidade aumentada** no desenho físico de novos serviços, por exemplo, através da utilização na prototipagem de espaços de atendimento ao cidadão. É ainda possível a utilização de tecnologias como o **blockchain** para assegurar a proteção e a integridade da informação e de dados pessoais. Trata-se de desafios, entre vários outros, que podemos já antever e que irão alterar formas de trabalho e a configuração de produtos e serviços.

Por fim, para que os dois eixos anteriores e as ações neles compreendidas sejam viáveis, é preciso **partilhar recursos e investir nas competências digitais** que constituem, por isso, o **terceiro eixo** desta estratégia comum. As soluções na nuvem (“cloud”), por exemplo, permitem armazenar, processar e salvaguardar informação de um modo distribuído e de acordo com as necessidades de cada momento, alterando o modo como desenvolvemos e consumimos a tecnologia. Também neste eixo se incluem medidas ligadas à dinamização de aplicações em código aberto, já utilizado, por exemplo, “Portal do Cidadão +” e “Bolsa de Documentos”.

Do mesmo modo, é urgente pôr em prática o programa comum de competências digitais para favorecer o uso de serviços públicos digitais e a qualificação e especialização das pessoas que para eles contribuem.

Só assim, através deste esforço coordenado de diferentes áreas governamentais, será possível manter o país competitivo no século XXI e garantir que a Administração Pública se mantém relevante, confiável e inclusiva, dispondo de recursos financeiros e humanos que lhe permitam responder às expetativas dos cidadãos em constante evolução.

Agradeço, por fim, a todos os que permitiram chegar a este compromisso, em especial aos representantes ministeriais no CTIC, e às equipas dos vários organismos públicos que com eles colaboraram. Uma nota especial para a AMA, que coordenou a elaboração deste documento. O trabalho mais exigente será agora o de garantir a execução da estratégia aqui prevista.

Maria Manuel Leitão Marques
Ministra da Presidência e Modernização Administrativa

Índice

01	Nota Introdutória	02
	Sumário Executivo	07
	Governança das TIC - CTIC	08

02	Estratégia para a transformação digital na AP	10
	Visão e princípios orientadores	11
	Eixo I: Integração e interoperabilidade	15
	Eixo II: Inovação e competitividade	16
	Eixo III: Partilha de recursos	17

03	Destaques por área governamental	18
	Negócios Estrangeiros	19
	Presidência e da Modernização Administrativa	21
	Finanças	23
	Defesa Nacional	25
	Administração Interna	27
	Justiça	29
	Autarquias locais, Igualdade e Imigração	31
	Cultura	33
	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	34

Educação	36
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	38
Saúde	40
Planeamento e Infraestruturas	42
Economia	44
Ambiente	46
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	48
Mar	50

04	Investimentos, poupanças e benefícios económicos e sociais	53
	Totais globais e por ano	54
	Totais de investimento por área governamental	55
	Totais globais por ano e medida	57

05	Metodologia de cálculo dos benefícios	59
	Planos Setoriais	61
	Ficha Técnica	63

A *Estratégia para a Transformação Digital na **Administração Pública** até 2020* condensa a visão do Governo para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública nos próximos quatro anos (2017-20), compreendendo iniciativas comuns a toda a Administração do Estado e iniciativas específicas de cada área setorial.

Foi preparada pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), tendo em vista ser submetida à aprovação do Conselho de Ministros.

As ações nela previstas repartem-se por três eixos principais:

- ➔ Eixo 1 – Integração e interoperabilidade
- ➔ Eixo 2 – Inovação e competitividade
- ➔ Eixo 3 – Partilha de recursos

No total destes três eixos estão previstas 12 medidas, com 37 ações, que enquadram as atividades a implementar transversalmente e de forma distribuída pelas diferentes áreas de governo. As ações estão devidamente orçamentadas e são também apresentados os benefícios previstos, quer em termos de poupanças para a Administração Pública, quer em benefícios económicos e sociais. A metodologia utilizada para o seu cálculo pode ser consultada no final deste documento.

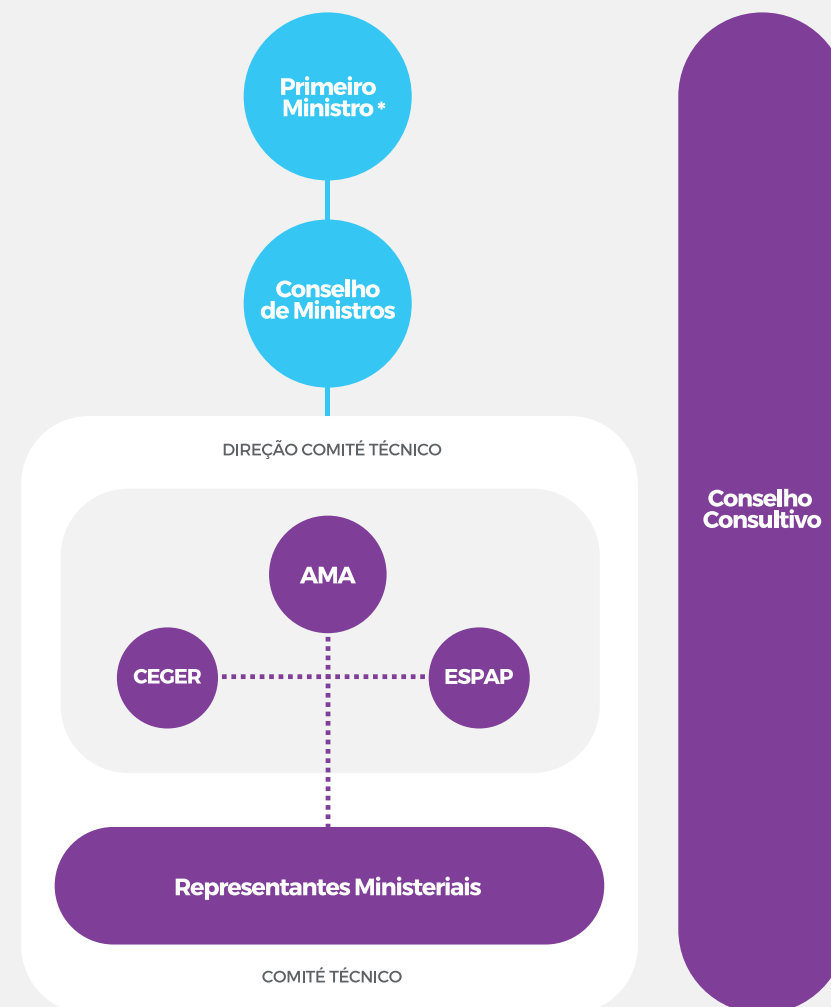
Governar as TIC com uma estratégia comum, coordenar as iniciativas setoriais, promover a inovação e a racionalização dos investimentos, evitando replicações desnecessárias, são medidas que visam, em primeiro lugar, garantir que os serviços digitais sejam mais simples, acessíveis e inclusivos, de forma a potenciar a sua utilização por todos os cidadãos. Procura-se igualmente obter eficiências que potenciem a redução de custos, nomeadamente, através de uma maior partilha de recursos, tornando sustentável a transformação digital da Administração Pública.

De modo a assegurar o desenvolvimento de uma estratégia global de planeamento e otimização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública (AP), foi criado em 2016 o Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública (CTIC), com a orgânica, composição e competências previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2016, de 3 de junho.

O CTIC surge como uma evolução do anterior modelo de governação das TIC, que tinha por base o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC), criado em 2011, tirando partido da experiência e conhecimento adquirido.

A governação das TIC assenta numa estrutura que abrange os níveis político, estratégico e operacional, com uma visão transversal que se materializa em Planos Setoriais TIC, adequados à realidade das diferentes áreas governamentais.

Figura 1
Modelo de governação das TIC
na Administração Pública



* XXI Governo Constitucional, as competências foram delegadas na Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
CEGER - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

CTIC

O CTIC é a estrutura de coordenação responsável por operacionalizar a estratégia e o plano de ação global para as TIC, tendo como objetivo tirar o melhor partido do seu potencial transformador, para que estas possam contribuir para melhorar a eficiência e eficácia da AP, de forma a que esta preste melhores serviços públicos.

O CTIC depende do Primeiro Ministro, ou do membro do Governo em quem este delegar, e é composto por um Comité Técnico (CT) e um Conselho Consultivo (CC).

Comité Técnico

O Comité Técnico é composto por representantes da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPA) e representantes de cada área governamental.

Direção do Comité Técnico

A Direção do Comité Técnico é responsável pela gestão operacional da “Estratégia TIC”. Integra a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), que preside e dirige, sendo coadjuvada, sempre que necessário, por um representante do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) e por um representante da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPA).

Representantes Ministeriais

Representam uma ou várias áreas governamentais, de acordo com a orgânica de cada Governo.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é composto por cinco personalidades independentes com reconhecido mérito na área da modernização administrativa e das tecnologias de informação e comunicação.

ESTRATÉGIA TIC 2020
ESTRATÉGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Visão e princípios orientadores

A Estratégia TIC 2020 tem em vista a transformação digital da Administração Pública, devendo as TIC constituir um catalisador da sua modernização.

Pretende, nomeadamente, responder aos desafios colocados pela necessidade de promover a simplificação administrativa e a organização dos serviços públicos em função das necessidades dos cidadãos e das empresas.

A estratégia TIC 2020 tem como objetivos principais:

- Tornar os serviços digitais mais simples, acessíveis e inclusivos;
- Potenciar a adesão aos serviços digitais por parte dos cidadãos e das empresas;
- Garantir um desenvolvimento sustentável em matéria de transformação digital.

A Estratégia TIC 2020 tem como princípios orientadores:

- A segurança, resiliência e privacidade dos dados, por forma a assegurar a salvaguarda da informação detida pela AP;
- A usabilidade e inclusão dos serviços públicos, por forma a torná-los mais acessíveis e fáceis de utilizar;
- O reforço das competências digitais dos colaboradores da AP e a partilha de recursos, por forma a alcançar uma maior eficiência na sua utilização.

**As TIC devem ser o catalisador da modernização
da Administração Pública**

Estratégia TIC 2020:

Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública

As diferentes medidas, compreendidas na Estratégia TIC 2020, são agrupadas em três eixos de ação:

- Integração e interoperabilidade;
- Inovação e competitividade;
- Partilha de recursos.



Estratégia TIC 2020:

Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública

---

EIXO I - Integração e interoperabilidade

- Um modelo de **governança** que permite coordenar o investimento em TIC e tirar partido do seu potencial transformador;
- Uma estratégia TIC transversal, adaptada às necessidades específicas das várias áreas através de **planos setoriais TIC**;
- **Interoperabilidade** entre as diferentes entidades da AP e entre a AP e as empresas;
- Uma **arquitetura de referência** comum com enfoque na resiliência digital e na segurança dos sistemas e dos dados.

EIXO II - inovação e competitividade

- **Identificação eletrónica**, para aumentar a confiança e promover a utilização de serviços eletrónicos;
- Disponibilização de informação produzida pela AP de um modo **transparente** com vista ao desenvolvimento de serviços inovadores, pela própria AP e pela sociedade civil;
- Aposta na acessibilidade dos **serviços eletrónicos**, fomentando a proximidade e a redução dos custos de contexto e a participação dos cidadãos e das empresas no desenho dos novos serviços de forma a potenciar a sua usabilidade;
- Ações de **inovação setorial** específicas que visem ganhos de eficiência e a melhoria dos serviços prestados em cada área governamental.

EIXO III - Partilha de recursos

- Melhor aproveitamento das **competências TIC** dos colaboradores da AP, através de ações de formação e da organização de centros de competência TIC;
- Desenvolvimento de **serviços na nuvem** e rentabilização da capacidade instalada nos centros de dados;
- Desenvolvimento de uma **rede de comunicações** multiserviços segura que elimine redundâncias desnecessárias;
- Desenvolvimento, gestão, contratação e negociação do **software da AP** de forma integrada e com forte aposta na adoção de soluções em código aberto.

Estratégia TIC 2020:

Estratégia para a Transformação Digital na Administração Pública



VISÃO



PRINCÍPIOS
ORIENTADORES



EIXOS DE AÇÃO



MEDIDAS

Melhores serviços públicos para Cidadãos e Empresas

Governança, segurança, resiliência e privacidade de dados

Transformação digital da AP com foco na eficiência, usabilidade e inclusão

Reforço das competências e partilha de recursos



EIXO I
Integração e interoperabilidade



EIXO II
Inovação e competitividade



EIXO III
Partilha de recursos

M01

Governança das TIC

M02

Planos Setoriais TIC

M03

Interoperabilidade

M04

Arquitetura de referência TIC

M05

Identificação eletrónica

M06

Transparência e participação

M07

Serviços eletrónicos

M08

Inovação Setorial

M09

Centro de competências TIC

M10

Centros de dados na nuvem

M11

Comunicações na AP

M12

Aplicações comuns e em código aberto

EIXO I

Integração e Interoperabilidade



A integração e a interoperabilidade das TIC na AP são objetivos essenciais para alavancar os projetos de modernização e simplificação administrativa e, assim, adotar boas práticas, passíveis de serem replicadas a nível da administração do Estado e da administração local.

Medida 1: Governação das TIC

- Definir e implementar um modelo de governação transversal das TIC;
- Consolidar o modelo de governação das TIC em cada área governamental.

Medida 2: Planos setoriais TIC

- Aprovar e publicar planos setoriais TIC, por área governamental, alinhados com a estratégia, atribuições e competências setoriais;
- Elaborar planos anuais de projetos e investimentos TIC.

Medida 3: Interoperabilidade

- Disponibilizar um catálogo de serviços eletrónicos;
- Alargar a interoperabilidade a soluções de gestão documental;
- Massificar a utilização da plataforma de interoperabilidade (iAP) para iniciativas de simplificação e modernização administrativa.

Medida 4: Arquitetura de referência TIC

- Definir e implementar arquiteturas TIC transversais;
- Otimizar os investimentos em TIC;
- Definir e implementar uma estratégia nacional de segurança da informação.

EIXO II

Inovação e competitividade



As TIC têm um papel essencial na modernização e simplificação administrativa, possibilitando a desmaterialização de processos e o desenho de novos serviços, criando novos canais de acesso aos cidadãos — disponíveis 24 horas por dia, em qualquer lugar.

Medida 5: Identificação eletrónica

- Desenvolver e disponibilizar o Cartão de Cidadão com novas funcionalidades;
- Permitir a autenticação única dos cidadãos em sítios e sistemas da AP;
- Disponibilizar o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para assinatura e autenticação.

Medida 6: Transparência e participação

- Alargar a divulgação e utilização de dados abertos através do portal dados.gov.pt;
- Divulgar indicadores de execução e de benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e projetos da AP;
- Disponibilizar instrumentos que facilitem a participação dos cidadãos em processos de decisão públicos.

Medida 7: Serviços eletrónicos

- Integrar a experiência do utente nos processos de atendimento;
- Definir normas e modelos comuns para uniformização do aspeto gráfico e usabilidade dos serviços eletrónicos;
- Consolidar serviços eletrónicos no Portal do Cidadão;
- Disponibilizar informação no Portal do Cidadão em função da localização do cidadão;
- Disponibilizar a bolsa de documentos do cidadão;
- Automatizar a prestação de serviços da AP e a resposta a eventos de vida;
- Adotar estações de trabalho virtuais incorporando o conceito de Bring Your Own Device (BYOD);
- Pilotar a adoção na AP de formas de trabalho em movimento e a partir de casa;
- Implementar roaming Wi-Fi na AP – GOVroam;
- Digitalizar o arquivo físico da AP.

Medida 8: Inovação setorial

- Desenvolver ações setoriais que permitam melhorar a qualidade dos serviços prestados e/ou aumentar a eficiência interna da AP através do recurso às TIC.

EIXO III

Partilha de recursos



A necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos e promover maior eficiência da AP obriga a uma melhor utilização das competências e recursos.

Medida 9: Centro de competências TIC

- Definir o modelo de funcionamento e pilotar o desenvolvimento de um centro de competências TIC;
- Promover o desenvolvimento de Competência Digitais.

Medida 10: Centros de dados na nuvem

- Rentabilizar e concentrar a capacidade de computação nos centros de processamento de dados;
- Criar uma nuvem interoperável.

Medida 11: Comunicações na AP

- Racionalizar comunicações de voz e dados;
- Implementar rede comum de comunicações multisserviços;
- Definir e implementar estratégia de comunicações unificadas.

Medida 12: Aplicações comuns e em código aberto

- Gerir globalmente as necessidades de licenciamento transversal de software do Estado (incluindo criação, reutilização e negociação);
- Promover e disseminar o software de código aberto (OSS);
- Criar e dinamizar o catálogo de software da AP.

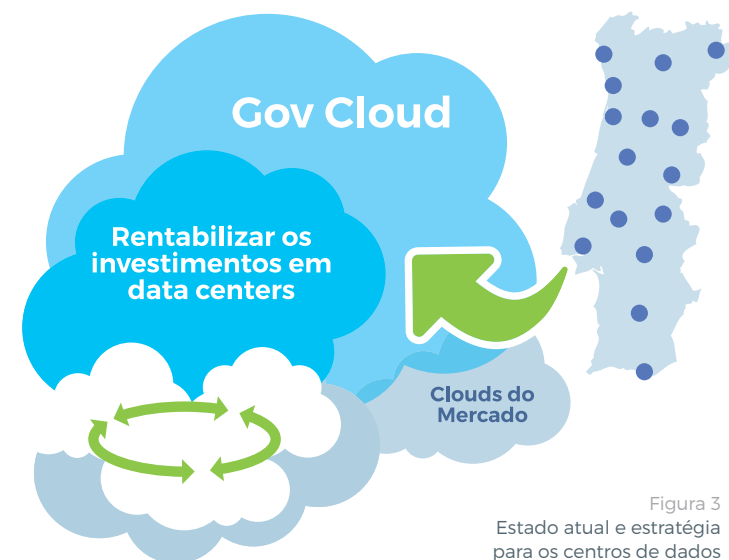


Figura 3
Estado atual e estratégia
para os centros de dados

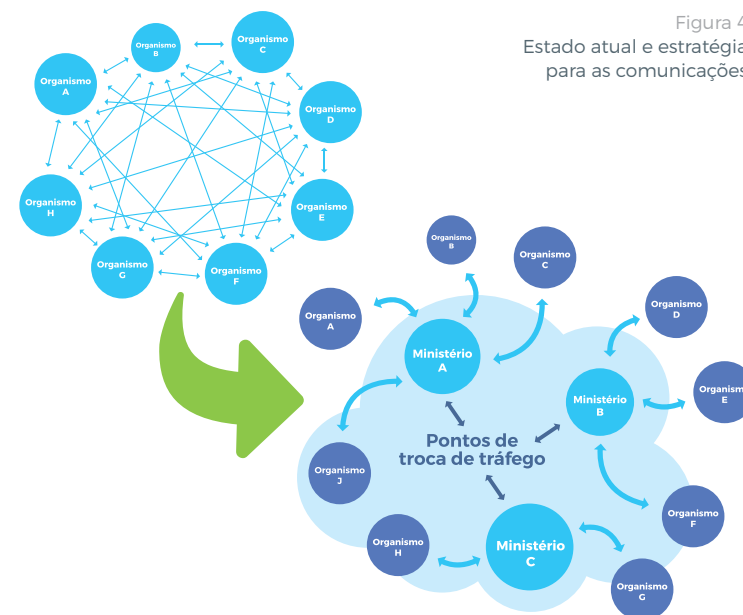


Figura 4
Estado atual e estratégia
para as comunicações



PROJETOS EM DESTAQUE POR ÁREA GOVERNAMENTAL

- **Camões + Serviços no mundo;**
- **Gestor documental e plano de classificação documental do MNE;**
- **Apoio ao investidor;**
- **Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE.**

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mne>

Projetos estratégicos

Camões + Serviços no mundo

Descrição sumária e principais objetivos

Este projeto integra quatro iniciativas:

- Melhorar e simplificar o acesso aos serviços e a submissão online das candidaturas das Organizações Não Governamentais;
- Melhorar o acesso e a consulta eletrónica ao acervo de conteúdos existentes nos arquivos sobre a responsabilidade do Camões I.P.;
- Disponibilização de conteúdos em plataforma mobile específicos para os cursos online, para a rede de Ensino Português no Estrangeiro, para a ação cultural externa e para os projetos de cooperação;
- Portal de Serviços com os objetivos de modernizar, integrar funcionalidades e permitir a convergência de aplicações que possibilitem uma comunicação mais focada nos serviços disponibilizados pelo Camões, I.P. e uma navegação mais estruturada a partir de um fio condutor entre esses serviços.

(Suporte às medidas #40, #50, #85, #170, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da oferta dos serviços que o Camões, I.P. presta ao público (novo portal de serviços);
- Redução de burocracia aumentando a transparência e prestação de contas (eLearning Camões e Cooperação online);
- Melhoria do acesso aos arquivos históricos e acervo documental contribuindo para preservar a memória institucional da Administração Pública.

Gestor documental e plano de classificação documental do MNE

Descrição sumária e principais objetivos

- A nova versão do sistema de gestão documental visa permitir ao MNE evoluir na gestão de documentos e processos e preparar a interoperabilidade de gestão documental com a tutela e com outros organismos.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Interoperabilidade do MNE a nível interno, entre a sede e os postos e, sempre que possível, com outros organismos com os quais o MNE mantém, em virtude das suas atribuições, relações mais próximas;
- Gestão integrada do conhecimento de documentos e processos.

- Camões + Serviços no mundo;
- Gestor documental e plano de classificação documental do MNE;
- Apoio ao investidor;
- Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mne>

Projetos estratégicos

Apoio ao Investidor

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilizar a submissão eletrónica de candidaturas de projetos de investimento que pretendam ser reconhecidas como projetos de potencial interesse nacional ou beneficiar do acompanhamento pela comissão permanente de apoio ao investidor.

(Suporte à Medida #37, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Garantia da obrigatoriedade de apresentar informações uma única vez;
- Produção de serviços digitais apelativos e fáceis de usar;
- Gestão de processos por meios eletrónicos com visão orientada para a eficácia e eficiência.

Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE

Descrição sumária e principais objetivos

A Plataforma de Interoperabilidade e Comunicações do MNE (PICMNE) é um projeto integrado que visa quatro áreas:

- Desenvolver uma intranet e um portal com conteúdos úteis ao cidadão, recorrendo à interoperabilidade com outras plataformas da AP;
- Implementar um novo sistema de Gestão Consular, que, para além das funcionalidades de gestão, irá permitir a inscrição consular única;
- Capacitação Institucional para a Segurança da Informação;
- Renovar a Infraestruturas de voz e comunicações como forma modernizar trabalho em toda a rede MNE.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Evolução da gestão de atendimento aos utentes, incluindo o novo sistema de gestão consular, tem como principal objetivo melhorar o acesso às TIC pelos utilizadores do MNE;
- Evolução dos portais, com melhoria substancial da sua usabilidade, de forma a atrair cada vez mais utilizadores para este canal em detrimento do presencial.

Presidência e Modernização Administrativa

- **Serviço de notificações eletrónicas;**
- **Bolsa de documentos;**
- **Pontos únicos de contacto** (Portal do Cidadão e Plataformas de Licenciamento);
- **Sistema interoperável de gestão documental;**
- **Livro amarelo eletrónico.**

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Cultura

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpma>

Projetos estratégicos

Serviço de notificações eletrónicas

Descrição sumária e principais objetivos

- Plataforma tecnológica de suporte ao serviço público de notificações eletrónicas, associado à morada única digital, permitindo comprovar e registar data e a hora de disponibilização das notificações eletrónicas nas moradas únicas digitais dos destinatários.

(Suporte à medida #168, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução dos tempos de notificação de cidadãos e empresas;
- Redução dos custos associados ao envio e impressão de correspondência por via postal;
- Aumento da comodidade para o cidadão e empresas na interação com a Administração Pública.

Bolsa de documentos

Descrição sumária e principais objetivos

- Solução online que permite enviar, receber, armazenar e gerir documentos eletrónicos ou digitais.

(Suporte à medida #2, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Interações com a AP mais simples e rápidas;
- Redução de informação solicitada.

Pontos únicos de contacto (Portal do Cidadão e Plataformas de Licenciamento)

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilizar informação no Portal do Cidadão em função da localização e contexto do cidadão.

(Suporte às medidas #58 e #189, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação da experiência de utilização em serviços eletrónicos na AP.

Presidência e Modernização Administrativa

- **Serviço de notificações eletrónicas;**
- **Bolsa de documentos;**
- **Pontos únicos de contacto** (Portal do Cidadão e Plataformas de Licenciamento);
- **Sistema interoperável de gestão documental;**
- **Livro amarelo eletrónico.**

Projetos estratégicos

Sistema interoperável de gestão documental

Descrição sumária e principais objetivos

- Pilotar e criar condições para a troca eletrónica de documentos entre organismos da Administração Pública em condições de segurança e com garantia de entrega.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução do tempo de espera no acesso a decisões e informações;
- Suporte para a desmaterialização de processos internos e que envolvem mais do que um organismo;
- Redução da circulação de papel e consequente redução dos custos com impressão e correios.

Livro amarelo eletrónico

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de reclamações, elogios e sugestões, online ou através de livro físico e respetiva gestão.

(Suporte à medida #156, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Desmaterialização dos mecanismos de reclamações, com redução do uso de papel;
- Melhoria do acompanhamento na resposta às reclamações.

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Cultura

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpma>

- IRS automático;
- PAEP – Desenvolvimento e implementação da Plataforma da Administração e do Emprego Público;
- PLAFIO – Planeamento financeiro e orçamentação e ECE- Entidade Contabilística Estado responsabilidade da UNILEO;
- Centralização da rede de comunicações do MF (Voz e Dados);
- Cloud AP - Piloto da nuvem interoperável da AP.

Projetos estratégicos

IRS Automático

Descrição sumária e principais objetivos

- Acabar, gradualmente, com a necessidade de entrega da declaração de IRS para os contribuintes com rendimentos de trabalho dependente, aposentados e reformados. O cálculo será efetuado com base na informação já disponível pela Autoridade Tributária (AT), não obstante a possibilidade de reclamação por parte do contribuinte.

(Suporte à medida #4, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da relação dos cidadãos com a Autoridade Tributária;
- Redução de encargos administrativos decorrentes do tempo despendido no processo de entrega de declarações.

PAEP - Desenvolvimento e implementação da Plataforma da Administração e do Emprego Público

Descrição sumária e principais objetivos

- Plataforma única de referência para o setor público que congregue toda a informação relativa às entidades e ao emprego público.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- A criação da PAEP permitirá melhorar a eficiência e a qualidade do funcionamento dos serviços de todas as entidades envolvidas, contribuindo para a redução de custos, racionalização de processos e melhoria da qualidade nos serviços prestados;
- Recolha, enriquecimento e apuramento de informação com vista à promoção de medidas de eficiência e de boa governação na utilização dos recursos, bem como a reformulação dos instrumentos atualmente existentes..

- IRS automático;
- PAEP – Desenvolvimento e implementação da Plataforma da Administração e do Emprego Público;
- **PLAFIO – Planeamento financeiro e orçamentação e ECE- Entidade Contabilística Estado responsabilidade da UNILEO;**
- Centralização da rede de comunicações do MF (Voz e Dados);
- Cloud AP - Piloto da nuvem interoperável da AP.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mf>

Projetos estratégicos

PLAFIO – Planeamento financeiro e orçamentação e ECE- Entidade Contabilística Estado responsabilidade da UNILEO

Descrição sumária e principais objetivos

- Desenvolver o processo de programação plurianual, através da consolidação de princípios, regras, metodologia e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e atualização do quadro plurianual de programação orçamental para a Administração Central.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Garantia de uma maior eficácia no controlo orçamental através da efetiva monitorização da execução dos diferentes subsetores. Avaliação consolidada, na perspetiva da contabilidade financeira e nacional, com introdução de mecanismos de controlo de compromissos e avaliação de impactos orçamentais e económicas das medidas;
- Obtenção de um quadro plurianual, para o conjunto dos programas orçamentais, consistente com as metas financeiras fixadas no programa de estabilidade.

Centralização da rede de comunicações do MF (Voz e Dados)

Descrição sumária e principais objetivos

- Criação de uma rede única e partilhada para a componente de transmissão de dados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Benefícios financeiros estimados de redução da despesa pública num valor de 1 M€ por ano.

Cloud AP - Piloto da nuvem interoperável da AP

Descrição sumária e principais objetivos

- Efetuar piloto de disponibilização e de consumo de serviços prestados em modelo de cloud, quer disponibilizando serviços ou fazendo uso da capacidade existente na Administração Pública, quer recorrendo a serviços disponibilizados pelo mercado, sempre garantido os requisitos de segurança necessários.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha de recursos tendo por base a implementação e otimização da capacidade instalada nos centros de dados da AP, com a constituição de uma rede de serviços Cloud AP que elimine ineficiências.

- **Federação de *service desk* das entidades da defesa;**
- **Federação de identidades;**
- **Apoio à tomada de decisão;**
- **Portal das instituições da memória da defesa nacional;**
- **Capitania online.**

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mdn>

Projetos estratégicos

Federação de *service desk* das entidades da defesa

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrar os processos de *service desk* e respetivas plataformas, de forma a homogeneizar o catálogo de serviços comuns e tornar transparente para o utilizador o local onde o incidente por ele caracterizado é solucionado.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Capacidade de resposta a incidentes e a pedidos de serviço;
- Adoção de procedimentos comuns nas várias entidades da defesa.

Federação de identidades

Descrição sumária e principais objetivos

- Incrementar a segurança digital através da utilização de mecanismos de federação de identidades no acesso a aplicações disponibilizadas transversalmente ao universo de utilizadores da defesa nacional.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Implementação da gestão do ciclo de vida dos utilizadores, incluindo a definição de uma matriz de perfis, que permita a segregação das respetivas funções no ecossistema de serviços TIC.

Apoio à tomada de decisão

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrar de forma progressiva os modelos de apoio à decisão, em utilização na secretaria geral e nos ramos disponibilizando serviços transversais e capacidades locais para serviços específicos em cada organismo.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Capacidade de apoio à tomada de decisão, nomeadamente na monitorização online dos ciclos financeiro e logístico e na gestão dos recursos humanos, de acordo com as necessidades operacionais;
- Disponibilização de capacidade de business intelligence para utilização mais eficaz da informação registada nos Sistemas de Gestão da Defesa (ERP).

Defesa Nacional

- Federação de *service desk* das entidades da defesa;
- Federação de identidades;
- Apoio à tomada de decisão;
- Portal das instituições da memória da defesa nacional;
- Capitania online.

Projetos estratégicos

Portal das instituições da memória da defesa nacional

Descrição sumária e principais objetivos

- O portal tem por objetivo a integração dos conteúdos dos arquivos, bibliotecas e museus da defesa nacional num catálogo coletivo comum, utilizando uma mesma solução de pesquisa para as três vertentes.

(Suporte à medida #188, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Acesso à informação, através da disponibilização de um ponto único de pesquisa online, dos diferentes sistemas documentais e patrimoniais da defesa nacional;
- Valorização do passado das instituições de memória (arquivos, museus e bibliotecas).

Capitania Online

Descrição sumária e principais objetivos

- Consolidar a capitania online como balcão único da Autoridade Marítima Nacional, prevendo a desmaterialização e a prestação digital de serviços de forma integrada, com recurso à identificação eletrónica e à plataforma de integração iAP.

(Suporte à medida #63, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da qualidade da informação e dos serviços prestados e aproximação da AP aos cidadãos e empresas;
- Atendimento ao utilizador mais eficaz ao privilegiar a comunicação via informática ou através de terminais automáticos.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mdn>

Administração Interna

- GeoMAI;
- Georreferenciação de meios MAI;
- Segurança informática da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI);
- Gestão do atendimento ao cidadão na PSP e GNR;
- Atualização do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP) da GNR.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mai>

Projetos estratégicos

GeoMAI

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema integrado e único que permita enriquecer as bases de dados operacionais com geolocalização, informação cartográfica, socioeconómica, populacional, meteorológica e pontos de interesse. Atualizações em tempo real, com ferramentas de *business inteligente* e análises de informação.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria de qualidade da informação necessária à atividade operacional da administração interna com consequente impacto positivo na segurança pública.

Georreferenciação de meios MAI

Descrição sumária e principais objetivos

- Aplicações de georreferenciação de meios e ocorrências que permitam o comando e controlo operacional integrado, melhorando a capacidade de decisão em situações de meios projetados no terreno.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Maior eficiência na adequação dos meios alocados a eventos e ocorrências;
- Melhoria da capacidade de resposta em situações de socorro, emergência e segurança.

Segurança informática da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI)

Descrição sumária e principais objetivos

- Melhoria das ferramentas e equipamentos de rede de segurança informática, de acordo com a política de segurança da administração interna em sintonia com as melhores práticas da indústria, de forma a fazer face às ameaças cibernéticas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Capacidade de resposta à mutação permanente do ciberespaço, com atualização dos meios de investigação e combate a atividades ilícitas;
- Maior celeridade no combate a ocorrências que comprometam a segurança.

Administração Interna

- GeoMAI;
- Georreferenciação de meios MAI;
- Segurança informática da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI);
- Gestão do atendimento ao cidadão na PSP e GNR;
- Atualização do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP) da GNR.

Projetos estratégicos

Gestão do atendimento ao cidadão na PSP e GNR

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema para gestão centralizada da interação com o cidadão, nos diferentes momentos, pontos de contacto e canais disponibilizados para o efeito (atendimento presencial, telefónico, entre outros);
- Suporte à gestão e acompanhamento de ocorrências, com integração automática com os sistemas operacionais relevantes.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria do atendimento ao cidadão e empresas;
- Gestão mais adequada dos meios das forças de segurança dedicadas a estas atividades;
- Criação de uma “visão 360°” do cidadão e integração com capacidades de exploração analítica.

Atualização do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIOP) da GNR

Descrição sumária e principais objetivos

- Modernização tecnológica de processos e funcionalidades do SIOP, incluindo o reforço do desenvolvimento e interoperabilidade com sistemas internos e externos das forças de segurança, nomeadamente o PIIC, SIS II, ANSR e outros no âmbito policial e criminal.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Garantia da continuidade de serviço e resiliência de meios policiais e de investigação criminal;
- Interoperabilidade entre os sistemas de informação;
- Melhoria dos serviços internos da GNR e do atendimento ao cidadão.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mai>

- **Tribunal+;**
- **BUPI, balcão único do prédio;**
- **Transcrição automática;**
- **Plataforma de Transparência da Justiça;**
- **Serviços Comuns do Ministério da Justiça.**

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mj>

Projetos estratégicos

Tribunal+

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrado no Programa Justiça Mais Próxima, é um projeto de simplificação administrativa em três áreas: *front office*, *back office* e ferramentas de apoio à gestão interna. Constitui-se, de momento, por um piloto a decorrer no Palácio da Justiça de Sintra.
- Os resultados obtidos orientarão o *rollout* para mais cerca de 300 tribunais e permitirão fomentar uma nova cultura organizacional, gestão mais racional dos recursos existentes e de prestação de serviços.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Otimização da utilização dos recursos, com redução efetiva de tempo despendido em determinadas tarefas;
- Trabalho das secretarias mais focado, induzindo uma maior produtividade e obtenção de melhores indicadores de satisfação;
- Maior eficácia na tramitação processual;
- Catalisador da mudança de cultura organizacional e de prestação de serviço.
- Redução tempo de espera e da necessidade de deslocação;
- Maior conforto e de encaminhamento;
- Melhorar experiência e resultados obtidos da utilização dos serviços da Justiça prestados nos tribunais.

BUPI, balcão único do prédio

Descrição sumária e principais objetivos

- Estabelecimento de um procedimento simplificado de registo de propriedade rústica sem dono conhecido.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificar e uniformizar procedimentos atualmente dispersos por várias entidades;
- Maior conhecimento e capacidade de gestão territorial;
- Contributo para a gestão de riscos de incêndio;
- Simplificação do registo da propriedade rústica.

- Tribunal+;
- BUpi, balcão único do prédio;
- Transcrição automática;
- Plataforma de Transparência da Justiça;
- Serviços Comuns do Ministério da Justiça.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mj>

Projetos estratégicos

Transcrição automática

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de piloto de gravação e transcrição automática no sistema judiciário, à qual se poderá recorrer, por exemplo, no âmbito do depoimento de testemunhas, independentemente do tipo de processo e da fase processual em que se encontre.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Poupança de recursos humanos e tempo;
- Maior eficácia na utilização da informação.
- Maior celeridade na tramitação processual que depende de transcrições.

Plataforma de Transparência da Justiça

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de dados e informação sobre a atividade dos vários serviços da Justiça, aproximando a justiça dos cidadãos, potenciando a confiança e a transparência.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Potenciar a criação de uma cultura interna de transparência, abertura, responsabilização, de iniciativa e promoção de espírito colaborativo interno;
- Maior conhecimento acerca da atividade da Justiça;
- Melhor capacidade de avaliação dos resultados e utilização dos recursos do Estado;
- Possibilidade de criar valor e participação ativa no sistema de justiça.

Serviços Comuns do Ministério da Justiça

Descrição sumária e principais objetivos

- Medida do Plano de Modernização da Justiça, que considerando uma primeira fase de piloto, pretende disponibilizar serviços comuns de suporte, por exemplo: recursos humanos, contabilidade, gestão documental, *printing & finishing* nos serviços tutelados pelo Ministério da Justiça.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aumentar a eficiência dos serviços da Justiça.

Autarquias locais, Igualdade e Imigração

- **SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais**
- **App Apoio contra a violência doméstica;**
- **My CNAI - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante;**
- **App *immigrant welcome*;**
- **Portugal Concilia.**

Projetos estratégicos

SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

Descrição sumária e principais objetivos

- Conceção, desenvolvimento e implementação de um sistema capaz de receber, em formato normalizado, a informação financeira e de recursos humanos da administração local através de mecanismos de interoperabilidade;
- Recolha da informação financeira efetuada de acordo com o estabelecido pelo sistema de normalização contabilística da AP;
- Exploração analítica de dados em *data warehouse*;
- Novos mecanismos de autenticação via autenticação.gov.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Veículo de massificação da interoperabilidade nos sistemas de informação da administração local;
- Consolidação do posto de trabalho digital através do recurso à autenticação única via autenticação.gov;
- Acompanhamento e controlo da informação financeira e de recursos humanos da administração local;
- Produção de indicadores para o portal da transparência municipal e participação através da divulgação de receitas, despesas municipais, competitividade económica, serviços públicos e sustentabilidade financeira.

APP Apoio Contra a Violência Doméstica

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementar uma aplicação para permitir amplificar a divulgação de informação já existente, mapeada no website da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tornando-a acessível a toda a população que necessite de apoio direto ou que pretenda efetuar uma denúncia ou procurar ajuda para terceira pessoa.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Maior agilidade na prestação de um atendimento de melhor qualidade e proximidade ao cidadão.
- Facilitação do trabalho de profissionais que acompanham e encaminham os casos de violência doméstica.

(Suporte à medida #49, Simplex+ 2016)

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ma>

Autarquias locais, Igualdade e Imigração

- **SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais**
- **App Apoio contra a violência doméstica;**
- **My CNAI - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante;**
- **App *immigrant welcome*;**
- **Portugal Concilia.**

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ma>

Projetos estratégicos

My CNAI - Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante

Descrição sumária e principais objetivos

- Balcão digital de apoio ao imigrante, que consiste na desmaterialização de documentação utilizada nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI).

(Suporte à medida #165, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhorar qualidade dos serviços prestados aos imigrantes.

App *immigrant welcome*

Descrição sumária e principais objetivos

- Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes.

(Suporte à medida #48, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Disponibilizar novos canais para mais cidadania e maior transparência;
- Interoperabilidade nos sistemas de informação.

Portugal Concilia

Descrição sumária e principais objetivos

- Projeto-piloto, em parceria com algumas autarquias, que pretende mapear e disponibilizar online os serviços de apoio no Mapa do Cidadão.

(Suporte à medida #196, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Interoperabilidade nos sistemas de informação;
- Alargar ao cidadão a divulgação de informação de proximidade proveniente da administração local.

- Portal da cultura;
- Portuguese news hub.

Projetos estratégicos

Portal da Cultura

Descrição sumária e principais objetivos

- Desenvolvimento de um portal dinâmico que disponibilize conteúdos culturais.

(Suporte à medida #88, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aproximação e criação de uma relação mais dinâmica e interativa entre a produção cultural e os agentes culturais, comunicação social, cidadão e outros interessados.

Portuguese news hub

Descrição sumária e principais objetivos

- Portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA possibilitando novas formas de acesso aos serviços, novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Diversificar e ampliar as suas audiências, multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como fornecer os seus serviços de forma mais eficaz e cómoda aos seus clientes e a novos clientes que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras.

- Mais ciência menos burocracia;
- Responsabilidade cultural e patrimonial;
- Plataforma de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (AGIL);
- Plataforma de suporte à gestão, produção e acesso a informação sobre a atividade científica nacional (PTCRIS).

Projetos estratégicos

Mais ciência menos burocracia

Descrição sumária e principais objetivos

Criação de plataformas Ciência-id e Estudante-id e Ciência Vitae, com novos identificadores destinados aos:

- Investigadores (c-id);
- Alunos de ensino superior (e-id);
- A criação do sistema nacional de gestão curricular de ciência (CV).

(Suporte às medidas #62, #111, #135 e #253, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação do acesso aos dados do estudante;
- Desburocratização do sistema de ação social escolar;
- Facilitação da validação e do reconhecimento de qualificações, diplomas e competências;
- Facilitação da certificação da situação de estudantes estrangeiros;
- Racionalização na recolha de dados referentes aos RH das IES.

Responsabilidade cultural e patrimonial

Descrição sumária e principais objetivos

- Diretório de repositórios digitais e portal com identificação de património científico e tecnológico nas instituições MCTES.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Disponibilização de repositórios digitais de forma integrada e mais adequados às necessidades dos cidadãos.

- Mais ciência menos burocracia;
- Responsabilidade cultural e patrimonial;
- Plataforma de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (AGIL);
- Plataforma de suporte à gestão, produção e acesso a informação sobre a atividade científica nacional (PTCRIS).

Projetos estratégicos

Plataforma de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (AGIL)

Descrição sumária e principais objetivos

- Migração dos processos de gestão de concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia para plataforma *agile*.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria dos sistemas de gestão de ciência e da sua usabilidade, por parte de toda comunidade de investigação.

Plataforma de suporte à gestão, produção e acesso a informação sobre a atividade científica nacional (PTCRIS)

Descrição sumária e principais objetivos

- Normativo e base de dados com informação administrativa sobre os processos de ciência e tecnologia.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Acesso, gestão, reporte e análise de informação sobre investigação de C&T por gestores, investigadores, media e cidadãos.

- Escola 360;
- Plataforma digital da educação;
- Sistema integrado de gestão do recrutamento do pessoal docente e não docente;
- Big data para gestão financeira;
- Portal e passaporte qualifica.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/medu>

Projetos estratégicos

Escola 360°

Descrição sumária e principais objetivos

- Consolidar os processos de gestão escolar no ensino pré-escolar, básico e secundário numa aplicação centralizada, fiável, segura e menos onerosa.

(Suporte à medida #3, SImplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação de todo o processo de gestão do aluno;
- Simplificação e transparência de processos e interação do encarregado de educação com a escola e acompanhamento do seu educando.

Plataforma digital da educação

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de uma arquitetura física e lógica, eficaz e eficiente, que engloba várias áreas fundamentais para a gestão da educação.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Mais segurança e conformidade com as melhores práticas;
- Maior qualidade de serviço para os utilizadores dos sistemas (usabilidade, performance e fiabilidade);
- Interoperabilidade entre sistemas internos e externos;
- Mais visibilidade e interação para todos os utilizadores dos sistemas da educação;
- Agregação e consolidação dos sistemas críticos e essenciais para o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na educação.

Sistema integrado de gestão do recrutamento do pessoal docente e não docente

Descrição sumária e principais objetivos

- Desenvolvimento de uma plataforma integrada para gestão das diferentes componentes de negócio do recrutamento e gestão de carreiras na área da educação, para pessoal docente e não docente, integrando as componentes de procedimentos concursais e mobilidade.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha de informação e relação mais próxima com as diversas entidades administrativas e o cidadão utente;
- Visão integrada sobre a atividade profissional dos recursos humanos da educação;
- Melhoria dos processos administrativos e funcionais de interação com os vários stakeholders.

- Escola 360;
- Plataforma digital da educação;
- Sistema integrado de gestão do recrutamento do pessoal docente e não docente;
- *Big data* para gestão financeira;
- Portal e passaporte qualifica.

Projetos estratégicos

Big data para gestão financeira

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de uma plataforma de *big data* para tratamento de informação financeira e de recursos humanos da educação, com informação de diferentes fontes.

(Suporte à medida #61, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Otimização da análise de dados financeiros e de recursos humanos da educação;
- Definição de tendências que permitam a tomada de decisões.

Portal e passaporte qualifica

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de um instrumento tecnológico de valor acrescentado para o cidadão, que concentrará toda a informação do percurso individual de educação e formação de adultos, incluindo o diagnóstico inicial, as qualificações obtidas e o percurso a seguir até à certificação final.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução do défice de formação, qualificação e certificação escolar dos adultos;
- Facilitar a aprendizagem ao longo da vida.

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- **Plataforma da segurança social;**
- **Plataforma de serviços base;**
- **Solução de relacionamento;**
- **Big data e combate à fraude;**
- **Plataforma de gestão documental do MTSSS.**

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mtss>

Projetos estratégicos

Plataforma da segurança social

Descrição sumária e principais objetivos

- Promover a desmaterialização, a simplificação e a transparência dos processos, tornando o sistema de informação da segurança social num sistema acessível, disponível e útil ao cidadão e aos agentes económicos.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação do processo de gestão de prestações sociais;
- Automatização do processo de atribuição de prestações sociais;
- Facilitação do exercício de direitos e cumprimento de obrigações.

Plataforma de serviços base

Descrição sumária e principais objetivos

- Potenciar a interoperabilidade de dados, entre a segurança social e os agentes económicos através interação com os sistemas de gestão das empresas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização dos processos;
- Simplificação do cumprimento das obrigações declarativas das empresas;
- Redução dos custos de contexto;
- Redução da fraude.

Solução de relacionamento

Descrição sumária e principais objetivos

- Integrar numa plataforma única todos os serviços e canais de comunicação, criando a visão 360° do cidadão (registar dados do cidadão e todas as interações entre o cidadão e a segurança social, qualquer que seja o canal).

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da experiência de utilizador do cidadão na relação com a segurança social;
- Melhoria do atendimento de cidadãos e empresas;
- Visão integrada do relacionamento do cidadão com a segurança social.

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- **Plataforma da segurança social;**
- **Plataforma de serviços base;**
- **Solução de relacionamento;**
- **Big data e combate à fraude;**
- **Plataforma de gestão documental do MTSSS.**

Projetos estratégicos

Big data e combate à fraude

Descrição sumária e principais objetivos

- Reforçar os mecanismos de combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional, recorrendo a soluções inovadoras de tratamento e análise massiva de dados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Reforço de credibilidade do sistema da segurança social;
- Detecção e combate de comportamentos irregulares;
- Definição de perfis de beneficiários de risco para prestações sociais.

Plataforma de gestão documental do MTSSS

Descrição sumária e principais objetivos

- Criação de uma estratégia integrada de gestão documental, com a implementação de uma solução de gestão documental única, para todos os organismos do MTSSS.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria dos circuitos documentais, processuais e metodologias de trabalho;
- Fomento de um clima organizacional de inovação e melhoria de desempenho;
- Aumento de eficácia no uso dos recursos.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mtss>

- Catálogo de serviços TIC;
- Portefólio e orçamento TIC;
- Interoperabilidade na saúde;
- Competências TIC saúde;
- Racionalização dos centros de dados.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ms>

Projetos estratégicos

Catálogos de serviços TIC

Descrição sumária e principais objetivos

- Pretende-se promover a melhoria das práticas de gestão do serviço e suporte, nomeadamente através da definição e divulgação de catálogos de serviços TIC com acordos de níveis de serviço, incluindo os níveis intraorganizacional, intraministerial e interministerial – em articulação com a Rede de Serviços Partilhados TIC - RSPTIC.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria do serviço TIC disponibilizado aos utilizadores;
- Maior eficiência da área TIC através da partilha e reutilização de serviços.

Portefólio e orçamento TIC

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementar a gestão centralizada do portefólio de iniciativas TIC (programas, projetos e serviços), incluindo o seu orçamento, ao longo do seu ciclo de vida, balanceando objetivos e recursos existentes, acompanhando a execução e analisando custos e benefícios e comunicando resultados alcançados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Alinhamento das iniciativas TIC com políticas da saúde e requisitos dos *stakeholders*;
- Maior eficiência e agilidade dos processos de implementação das TIC.

Interoperabilidade na Saúde

Descrição sumária e principais objetivos

- Promover o uso de normas técnicas, plataformas de interoperabilidade e vocabulários e terminologias comuns nas diferentes soluções usadas na saúde, em conformidade com a arquitetura de referência da saúde, com vista a melhorar a comunicação e partilha de informação aos níveis interministerial, local, nacional e internacional.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Visão única e completa do cidadão, permitindo maior integração, qualidade e segurança dos cuidados de saúde;
- Simplificação de processos e redução de redundâncias.

- Catálogo de serviços TIC;
- Portefólio e orçamento TIC;
- Interoperabilidade na saúde;
- Competências TIC saúde;
- Racionalização dos centros de dados.

Projetos estratégicos

Competências TIC saúde

Descrição sumária e principais objetivos

- Consolidar o modelo de competências TIC saúde, promovendo as competências dos recursos humanos e partilhando competências entre diferentes organismos.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Mais qualidade e agilidade dos serviços e produtos TIC;
- Maior eficiência na gestão dos recursos humanos.

Racionalização dos centros de dados

Descrição sumária e principais objetivos

- Rentabilizar e concentrar a capacidade de processamento de dados, ajustado ao modelo de racionalização da função TIC na área da saúde.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Rentabilização da capacidade instalada e a despesa em infraestruturas, plataformas e sistemas;
- Melhor gestão do risco e do serviço TIC.

Planeamento e Infraestruturas

- Sistema de Informação Portugal 2020;
- Evolução da Plataforma de Gestão Integrada das Infraestruturas de Portugal (PGI);
- Ferramenta de gestão documental;
- Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes (SIGCTV);
- Portal base.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpi>

Projetos estratégicos

Sistema de Informação Portugal 2020

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementar o sistema de informação para o Portugal 2020;
- Desmaterialização das candidaturas.

(Suporte à medida #56, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação dos formulários e processos e melhor acesso à informação;
- Partilha de informação através do intercâmbio eletrónico de dados entre o conjunto dos fundos.

Evolução da Plataforma de Gestão Integrada das Infraestruturas de Portugal (PGI)

Descrição sumária e principais objetivos

- Otimizar o planeamento, a gestão e o controlo das atividades do orçamento. Esta evolução pretende dar resposta a especificidades decorrentes da fusão EP/REFER.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Controlo do ciclo de vida das atividades;
- Maior transparência na gestão de portefólio e eficiência na gestão de projetos;
- Maior rigor e previsibilidade na execução orçamental.

Ferramenta de gestão documental

Descrição sumária e principais objetivos

- Ferramenta e correspondente customização de acordo com as necessidades da organização;
- Formação dos utilizadores e passagem da documentação atualmente em papel para formato digital.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Ganhos de eficiência na ordem dos 5% dos custos com pessoal;
- Diminuição da utilização de papel, reduzindo os custos nesta rubrica e ajudando a diminuição da pegada ecológica.

Planeamento e Infraestruturas

- Sistema de Informação Portugal 2020;
- Evolução da Plataforma de Gestão Integrada das Infraestruturas de Portugal (PGI);
- Ferramenta de gestão documental;
- Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes (SIGCTV);
- Portal base.

Projetos estratégicos

Sistema integrado de gestão de condutores, veículos e transportes (SIGCTV)

Descrição sumária e principais objetivos

- Implementação de um sistema centralizado que integre as várias componentes relativas aos domínios dos condutores, veículos e transportes numa única plataforma.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Prestação de serviços públicos de forma simplificada e integrada;
- Diminuição dos custos de operação com os diferentes agentes.

Portal Base

Descrição sumária e principais objetivos

- Adequar o Portal Base aos desafios decorrentes das alterações ao Código dos Contratos Públicos e das obrigações de reporte à Comissão Europeia, às necessidades de organismos públicos e, em especial, disponibilizar uma solução que permita melhor monitorização das políticas de compras públicas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aproximação das instituições ao cidadão, na medida em que estimula a observação e o conhecimento da despesa pública efetuada.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpi>

- Livro de reclamações online;
- Portal do turismo +;
- Gestão dos sistemas de incentivos;
- Balcão do empreendedor +;
- Geoportal2020.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/me>

Projetos estratégicos

Livro de reclamações online

Descrição sumária e principais objetivos

- Ponto único de entrada online das reclamações de consumidores, direcionando-as automaticamente para as entidades competentes.

(Suporte à medida #158, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização do tratamento das reclamações, permitindo uma resposta mais célere aos consumidores;
- Racionalização dos recursos humanos e materiais afetos ao tratamento das reclamações.

Portal do Turismo +

Descrição sumária e principais objetivos

- Novo portal com informação ajustada às necessidades dos operadores turísticos e com novos serviços de suporte à atividade turística.

(Suporte à medida #193, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da informação de suporte à atividade dos operadores turísticos;
- Disponibilização de serviços dirigidos à captação de novos fluxos turísticos;
- Libertação de recursos de *front office* afetos à vertente informativa.

Gestão dos sistemas de incentivos

Descrição sumária e principais objetivos

Adequar os sistemas de informação do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. às exigências do Portugal 2020 tendo em vista:

- Apoiar as empresas na gestão dos seus projetos através de instrumentos eletrónicos inteligentes;
- Apoiar as equipas técnicas do IAPMEI no cumprimento de indicadores de nível de serviço às empresas.

(Suporte à medida #126, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução dos prazos de decisão e de pagamento;
- Redução das situações de recuperação de incentivos;
- Redução de documentos impressos produzidos, enviados ou recebidos;
- Aumento da eficiência na gestão de recursos de *front office* e *back office*.

- Livro de reclamações *online*;
- Portal do turismo +;
- Gestão dos sistemas de incentivos;
- Balcão do empreendedor +;
- Geoportal2020.

Projetos estratégicos

Balcão do Empreendedor +

Descrição sumária e principais objetivos

- Desenvolvimento e operacionalização de *back office* de suporte ao novo Sistema da Indústria Responsável (SIR).

(Suporte à medida #58, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Acesso a melhores serviços eletrónicos reduzindo prazos de resposta e aumentando a previsibilidade das decisões;
- Libertação de recursos humanos e materiais afetos ao *back office* do SIR.

Geoportal 2020

Descrição sumária e principais objetivos

- Centralizar a informação geológica georeferenciada sobre o território nacional;
- Garantir o interface para a crescente articulação com as iniciativas europeias e comunitárias em matéria de informação geográfica temática geológica na vertente informativa.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhoria da qualidade, maior acessibilidade e mais disponibilidade de informação;
- Maior eficiência dos processos que envolvem licenciamento e melhoria da sua eficácia;
- Libertação de recursos de *back office*;
- Redução dos tempos das tarefas administrativas e técnicas.

- Título único ambiental (TUA);
- Planeamento territorial online + REN digital;
- iFAMA, Plataforma única de inspeção e fiscalização da agricultura, mar e ambiente;
- Plataforma da renda apoiada;
- Sistemas de gestão documental.

Projetos estratégicos

Título único ambiental (TUA)

Descrição sumária e principais objetivos

Módulo integrante da solução web da Agência Portuguesa do Ambiente, que entre outros, tem como objetivos:

- Dar suporte ao título único ambiental que integra onze regimes jurídicos e todos os procedimentos;
- Permitir a entrega de todos os elementos instrutórios numa única vez, online.

(Suporte à medida #5, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação dos processos através do título único;
- Economia de tempo, recursos e materiais, nomeadamente papel e impressão;
- Interoperabilidade com outras entidades e soluções.

Planeamento territorial online + REN digital

Descrição sumária e principais objetivos

Desenvolver uma plataforma colaborativa de gestão territorial, que permita:

- Servir de apoio ao acompanhamento dos programas e dos planos territoriais;
- Gerir o processo interno de cada entidade;
- No âmbito da REN digital, submeter automaticamente as cartas da reserva ecológica nacional para publicação no Diário da República.

(Suporte às medidas #181 e #224, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aumento da rapidez na gestão da informação;
- Disponibilização atempada da informação e processos;
- Ponto único de informação, pela integração de dados entre entidades.

- Título único ambiental (TUA);
- Planeamento territorial online + REN digital;
- iFAMA, Plataforma única de inspeção e fiscalização da agricultura, mar e ambiente;
- Plataforma da renda apoiada;
- Sistemas de gestão documental.

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mamb>

Projetos estratégicos

iFAMA, Plataforma única de inspeção e fiscalização da agricultura, mar e ambiente

Descrição sumária e principais objetivos

Desenvolver uma plataforma de suporte à atividade inspetiva, portal com internet/intranet, sistema de gestão interna e sistema de informação geográfica que permita:

- Georreferenciação de ações de controlo, auditoria, inspeção, contraordenações e atividades económicas abrangidas pelos regimes jurídicos ambientais.

(Suporte à medida #131, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Aumento da rapidez na gestão da informação;
- Disponibilização atempada da informação e processos;
- Ponto único de informação, pela integração de dados entre entidades.

Plataforma da renda apoiada

Descrição sumária e principais objetivos

Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas, no regime de arrendamento apoiado, e respetivos arrendatários, incluindo:

- Acesso a informação disponível junto da Autoridade Tributária e do Instituto dos Registos e Notariado;
- Validação automática das condições de acesso à habitação social.

(Suporte à medida #184, Simplex+ 2016)

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Rapidez e clareza no acesso à informação;
- Contribuição para a idoneidade da informação e do processo;
- Maior visibilidade do organismo e dos serviços prestados.

Sistemas de gestão documental

Descrição sumária e principais objetivos

Implementação, em entidades diferenciadas, de plataformas de apoio à gestão documental e processos, que permitam:

- Contribuir para a desmaterialização de processos e sistemas;
- Aumentar a segurança e a eficiência organizacional para a prestação de serviços com qualidade.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Simplificação do tratamento de processos;
- Aumento da rapidez e rigor na gestão da informação;
- Disponibilização atempada da informação e processos para decisão;
- Poupança em tempo, recursos e materiais (papel/impressão).

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

- **Cloud Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar;**
- **Desktop as a Service - DaaS;**
- **Rede única de comunicações fixas MAFDR;**
- **Sistema para gestão documental e tramitação processual da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar (SGDPi);**
- **Interoperabilidade Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar.**

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério do Mar

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mafdr>

Projetos estratégicos

Cloud Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar

Descrição sumária e principais objetivos

Disponibilização de recursos virtuais, incluindo:

- Capacidade de computação;
- Armazenamento;
- Backup e Disaster Recovery.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização e melhoria dos sistemas de informação, organização interna e funcionalidades para os cidadãos e empresas;
- Partilha de recursos;
- Redução de custos.

Desktop as a Service - DaaS

Descrição sumária e principais objetivos

- Disponibilização de ambientes de trabalho virtuais;
- Potenciar o conceito BYOD – *Bring your Own Device*.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução de custos, nomeadamente equipamentos, eficiência energética, operação e manutenção;
- Rápido aprovisionamento de desktop.

Rede única de comunicações fixas Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema para gestão documental e tramitação processual;
- Facilitador processual estado, cidadãos e empresas.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Impulsionar interoperabilidade;
- Preservação digital;
- Organização interna.

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

- **Cloud Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar;**
- **Desktop as a Service - DaaS;**
- **Rede única de comunicações fixas MAFDR;**
- **Sistema para gestão documental e tramitação processual da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar (SGDPi);**
- **Interoperabilidade Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar.**

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério do Mar

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mafdr>

Projetos estratégicos

Sistema para gestão documental e tramitação processual da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar (SGDPi)

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema para gestão documental e tramitação processual partilhada por todos os organismos do MAFDR e MM

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Agilização na tramitação processual entre estado, cidadãos e empresas.

Interoperabilidade Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar

Descrição sumária e principais objetivos

- Potenciar a interoperabilidade entre soluções de gestão de dados, com recurso à iAP.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Partilha do conhecimento;
- Mais interoperabilidade em sistemas de informação;
- Facilitador processual – estado/cidadãos/empresas;
- Preservação digital;
- Organização interna.

- **JUL – Janela Única Logística;**
- **VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado;**
- **Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento;**
- **PSOEM – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional;**
- **Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas.**

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mm>

Projetos estratégicos

JUL - Janela Única Logística

Descrição sumária e principais objetivos

- Evolução da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação de toda a cadeia logística, integrando todos os meios de transportes terrestres e a ligação aos portos secos, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Redução dos custos globais de transporte entre os portos e os clientes finais;
- Redução do tempo e custos administrativos nos despachos dos meios de transporte e das mercadorias em cada nó de transporte;
- Melhor produtividade nas infraestruturas de transporte (terminais marítimos, linhas ferroviárias, estradas e plataformas logísticas);
- Redução da pegada de carbono nos transportes.

VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado

Descrição sumária e principais objetivos

- Modernização do Sistema Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo, de forma a dar melhor cumprimento às obrigações legais de Portugal à diretiva 2002/59/CE, revista, bem como os instrumentos legais conexos de estado costeiro, através uma única solução para todo o território nacional.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Reduzir custos e melhorar a segurança informática e a tolerância a falhas do sistema;
- Aumentar os mecanismos de soberania sobre o mar português e as suas fronteiras;
- Melhorar a segurança e eficiência do tráfego marítimo, especialmente nos pontos de concentração, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção e combate à poluição;
- Aumentar a redundância e produtividade da operação.

- JUL – Janela Única Logística;
- VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado;
- Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento;
- PSOEM – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional;
- Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas.

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mm>

Projetos estratégicos

Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento

Descrição sumária e principais objetivos

- Solução integrada de suporte ao negócio da DGRM, que vise essencialmente a disponibilização de serviços num *frontend* único para o cidadão e empresas, residente no Balcão do Empreendedor/ Portal do Cidadão, e cujo seu *backoffice* seja capaz de dar a devida resposta desmaterializada à análise e gestão dos seus processos, bem como interoperar com outras entidades intervenientes, nos mesmos, através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), permitindo suportar os serviços ao cidadão, empresas e organizações.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Melhorar os tempos de resposta às solicitações dos cidadãos e empresas;
- Concentrar eletronicamente os serviços num único ponto de contacto eletrónico;
- Redução dos custos de contexto na prestação dos serviços;
- Aplicar o princípio de colaboração entre os diferentes ministérios e com os diferentes níveis da administração e partilha de informação entre entidades públicas.

PSOEM – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional eletrónico

Descrição sumária e principais objetivos

- Sistema de Informação dedicado à elaboração do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, que disponibiliza informação espacial proveniente de diversas entidades, documenta a situação de referência e o plano de situação, e é o canal preferencial da Administração para rececionar a participação pública previamente à fase de consulta pública formal do PSOEM, dando resposta à exigência legal de Direito à Informação de todos os interessados.

Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Cumprimento da legislação relativa ao ordenamento em matéria de informação do público;
- Aumento da transparência sobre a utilização do mar;
- Aumenta a participação pública sobre o ordenamento marítimo;
- Melhora a literacia sobre o ordenamento do mar português.

- JUL – Janela Única Logística;
- VTS+ Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo modernizado;
- Balcão Único da Administração Marítima, Pescas e Ordenamento;
- PSOEM – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional;
- Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas.

Plano setorial elaborado em conjunto com o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Pode consultar o detalhe do Plano Setorial desta área governamental em <https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mm>

Projetos estratégicos

Licenças, Títulos e Certificados eletrónicos para as atividades marítimas

Descrição sumária e principais objetivos

- *Framework* digital para a emissão de Licenças, Títulos e Certificados em suporte eletrónico para as atividades marítimas, de forma segura e respeitando as normas nacionais e as convenções internacionais aplicáveis, aplicada, sempre que possível, ao universo de exemplares emitidos pela DGRM

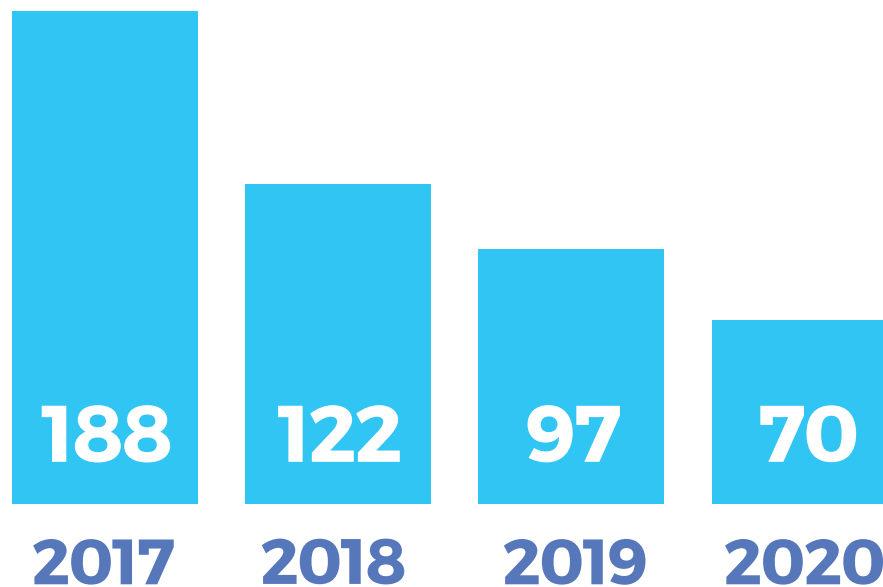
Principais benefícios para o Estado, cidadãos e empresas

- Otimizar os níveis de serviço e tempos de espera para os cidadãos e empresas na emissão;
- Aumentar a racionalização das infraestruturas de suporte;
- Aumentar a transparência (disponibilizando pela via digital informação de forma mais célere e expedita);
- Promover o uso de meios de identificação eletrónica.

**INVESTIMENTOS, POUPANÇAS E
BENEFÍCIOS ECONÓMICOS
E SOCIAIS**

Estratégia TIC e os planos setoriais Investimento

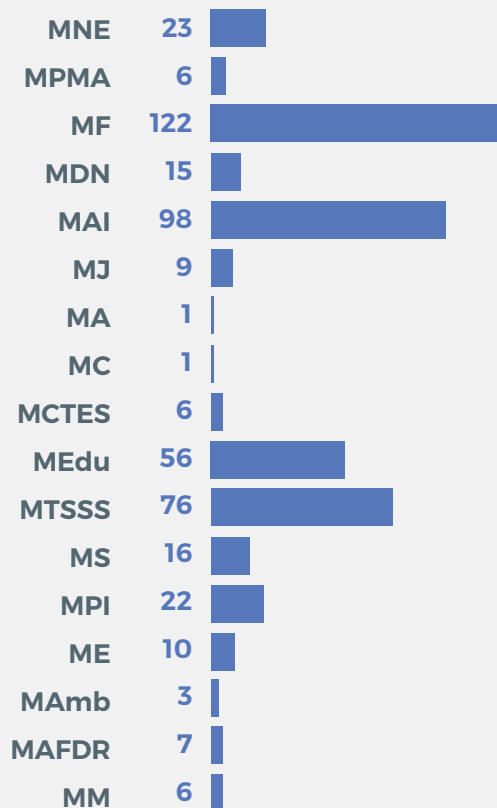
477 M€
em 4 anos
Investimento total
estimado



(M€) Valores arredondados em milhões de euros

Estratégia TIC e os planos setoriais Resumo global

Investimento por área governamental (M€)



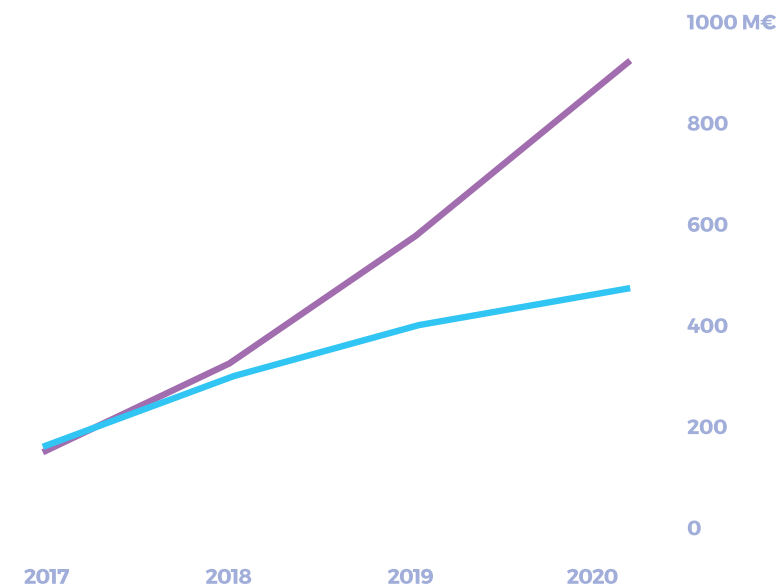
Totais por área governamental (M€)

Ministério	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios económicos e sociais	Benefícios totais líquidos
MNE	22,7	0,5	14,1	43,8	35,7
MPMA	5,9	5,8	21,3	9,4	30,5
MF	122,4	16,7	235,4	150,0	279,6
MDN	14,7	0,0	0,0	0,3	-14,4
MAI	98,0	49,0	75,7	277,9	304,6
MJ	9,2	6,2	2,5	17,6	17,1
MA	1,3	0,3	1,6	0,0	0,7
MC	0,8	1,1	0,2	0,1	0,6
MCTES	5,7	9,6	18,9	90,6	113,4
MEdu	56,4	76,6	42,3	67,8	130,2
MTSSS	76,0	9,3	179,1	240,9	353,2
MS	16,2	3,3	61,2	0,0	48,3
MPI	22,3	5,0	51,1	0,0	33,8
ME	9,8	13,6	5,3	2,1	11,3
MAmb	3,4	0,0	2,9	0,1	-0,5
MAFDR	7,2	2,3	2,2	3,4	0,8
MM	5,6	3,2	2,7	1,1	1,4
TOTAIS	477	202	717	905	1346

(M€) Valores arredondados em milhões de euros

Retorno do Investimento no segundo ano

Investimento acumulado
Poupanças TIC e não TIC
acumuladas



Totais globais e por ano (M€)

Ano	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios económicos e sociais	Benefícios totais líquidos
2017	188,4	47,6	127,6	109,6	96,3
2018	122,5	50,1	118,8	163,8	210,2
2019	96,9	51,8	210,4	252,4	417,8
2020	69,7	52,8	259,7	379,2	622,0
TOTAIS	477	202	717	905	1346

(M€) Valores arredondados em milhões de euros

Estratégia TIC e os planos setoriais

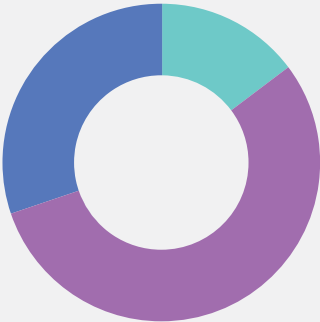
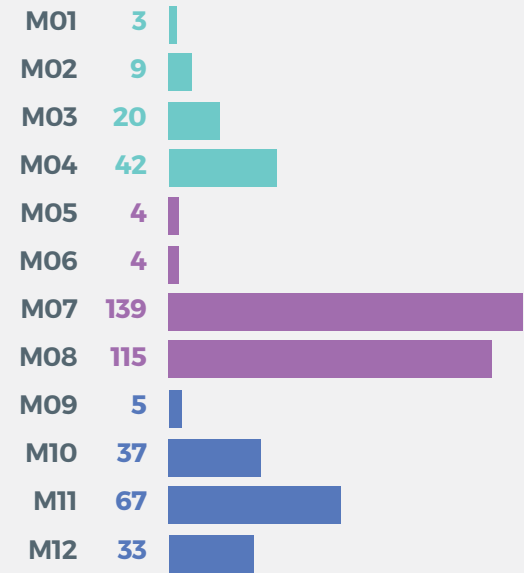
Resumo global

Investimento por medida (M€)

15%
EIXO I
Integração e
interoperabilidade

55%
EIXO II
Inovação e
competitividade

30%
EIXO III
Partilha de
recursos



(M€) Valores arredondados em milhões de euros

Totais globais e por medida (M€)

Medida	Investimento	Poupanças TIC	Poupanças não TIC	Benefícios económicos e sociais	Benefícios totais líquidos
M01	3,4	4,1	0,2	0,3	1,3
M02	9,5	0,0	0,4	0,0	-9,1
M03	20,1	3,3	17,3	83,4	83,9
M04	41,7	9,3	10,7	44,9	23,2
M05	3,7	1,2	0,9	79,7	78,1
M06	4,5	1,0	14,9	1,7	13,2
M07	138,7	74,7	418,6	394,4	749,0
M08	114,6	19,6	225,4	291,9	422,3
M09	4,6	0,8	11,7	0,0	7,9
M10	37,1	13,9	1,4	4,9	-16,9
M11	66,6	56,3	0,2	0,0	-10,0
M12	33,2	18,0	14,7	3,9	3,5
TOTAIS	477	202	717	905	1346



METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS

Metodologia

de cálculo dos benefícios

No âmbito da elaboração da estratégia e planos setoriais TIC, estimaram-se os benefícios decorrentes da implementação dos projetos previstos.

Utilizando como metodologia de base o Standard Cost Model (SCM)*, os representantes ministeriais, em colaboração com os diversos organismos, quantificaram para cada projeto os valores de investimento e os custos de implementação, bem como as poupanças e benefícios gerados.

* Os valores constantes dos planos setoriais incluem IVA. Os valores de investimento, poupança e benefícios não são acumulados. O guia rápido de cálculo de benefícios, assim como informação complementar encontra-se disponível para consulta em: <https://www.ama.gov.pt/web/agencia-para-a-modernizacao-administrativa/transformacao-digital>

1. INVESTIMENTOS E CUSTOS

Os investimentos identificados nos planos setoriais TIC e na Estratégia TIC para cada ano incluem todos os custos de investimento (CAPEX) e de operação (OPEX) necessários à implementação e manutenção dos projetos a nível setorial no período entre 2016 e 2020.

2. POUPANÇAS E BENEFÍCIOS

Da execução dos projetos e atividades previstas na estratégia TIC, são esperadas poupanças diretas para a Administração Pública e/ou benefícios económicos e sociais para a sociedade.

2.1 Poupanças diretas para a Administração Pública

Trata-se do conjunto de benefícios que a Administração Pública garante, quer na componente TIC – poupanças TIC, quer na componente de ganhos de eficiência nos processos de “negócio” proporcionadas pelas TIC – poupanças não TIC.

2.1.1 Poupanças TIC

São as poupanças originadas, em cada ano, pela redução de custos TIC de investimento e operação (incluem eventuais reduções dos custos operacionais). Estas poupanças podem advir da diminuição do custo com recursos humanos alocados a atividades relacionadas com as TIC ou da diminuição do custo com centros de dados, comunicações, licenciamento e suporte de software, entre outros.

2.1.2 Poupanças não TIC

São as poupanças originadas, em cada ano, pelo aumento de eficiência interna no relacionamento com o cidadão (*front office*) e no funcionamento interno (*back office*).

Estas poupanças podem resultar, entre outros aspetos, da desmaterialização e agilização de processos, da interoperabilidade entre organismos, da libertação de recursos para outras tarefas, da redução do número de documentos impressos e da libertação de espaço, entre outros.

2.2 Benefícios económicos e sociais

São benefícios, originados em cada ano, resultantes da diminuição de custos de contexto para cidadãos e empresas, tais como: redução do número de deslocações, do tempo de espera e de atendimento, do número de documentos e do tempo para execução de serviços.

3. BENEFÍCIOS LÍQUIDOS

Os benefícios líquidos identificados nos planos setoriais e na estratégia TIC resultam da soma dos valores relativos às poupanças TIC e não TIC, e dos benefícios sociais e económicos estimados, aos quais são subtraídos os valores de investimento e custos de implementação.

The background of the slide is a solid blue color. It is decorated with several white, wavy, curved lines that sweep across the frame from the left and top edges towards the right. These lines vary in thickness and curvature, creating a dynamic, abstract pattern.

PLANOS SETORIAIS

Planos setoriais

Os planos setoriais estão disponíveis on-line em:

Negócios Estrangeiros

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mne>

Presidência e Modernização Administrativa

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpma>

Finanças

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mf>

Defesa Nacional

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mdn>

Administração Interna

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mai>

Justiça

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mj>

Autarquias locais, Igualdade e Imigração

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ma>

Cultura

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mc>

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mctes>

Educação

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/medu>

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mtsss>

Saúde

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/ms>

Planeamento e Infraestruturas

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mpi>

Economia

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/me>

Ambiente

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mamb>

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mafr>

Mar

<https://tic.gov.pt/ctic/ministerios/mm>



FICHA TÉCNICA

Colaboraram na elaboração da Estratégia TIC e nos Planos Sectoriais TIC:

→ Representantes na Direção do Comité Técnico:

Pedro Silva Dias - Agência para a Modernização Administrativa, IP

Jaime Quesado - Entidade de serviços Partilhados da Administração Pública, IP

Tito Vieira e Rui Silva - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo

→ Representantes Ministeriais das áreas governamentais:

Ana Martinho - Negócios Estrangeiros

Pedro Silva Dias - Presidência e Modernização Administrativa | Cultura

Carlos Gonçalves - Finanças

Gustavo Madeira - Defesa Nacional

Francisco Gomes - Administração Interna

Hugo Nunes - Justiça

Joaquim Muxagata - Autarquias locais, Igualdade e Imigração

João Nuno Ferreira - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Teresa Evaristo - Educação

Carla Costa - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Henrique Martins - Saúde

Mário Nogueira - Planeamento e Infraestruturas

Maria Ermelinda Carrachás - Economia

Alexandra Carvalho - Ambiente

Eduardo Diniz - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural | Mar

A Estratégia TIC está disponível on-line em: <https://tic.gov.pt/ctic/>

